

Centrão testa-se antes do acordo

Dois pontos impedem entendimento, que Ulysses espera para hoje

O presidente do PMDB, da Câmara e da Assembleia Nacional Constituinte, Ulysses Guimarães, deverá fechar hoje de manhã, o acordo em torno da mudança do Regimento Interno, porque, segundo ele, "o Centrão deverá render-se à tradição parlamentar, aceitando a votação para os pedidos de preferência". Ulysses marcou reunião para as 9.30 horas, em seu gabinete.

Apenas dois pontos impediam, até ontem à noite, o entendimento para a mudança do Regimento Interno da Constituinte: a insistência do Centrão em apresentar emendas até títulos e em não aceitar que os pedidos de preferência sejam submetidos a voto, como pretende o senador Mário Covas.

Ulysses Guimarães reuniu ontem à noite, em sua casa, as lideranças partidárias e do Centrão, já na tentativa de amarrar o entendimento, de forma a fechar, oficialmente, o acordo hoje de manhã, antes da votação no plenário, marcada para as 14.30 horas.

A tarde, Ulysses reuniu em seu gabinete os senadores Mário Covas e Fernando Henrique Cardoso, líderes do PMDB na Constituinte e no Senado; os deputados Nelson Jobim, Antônio Brito e Genebaldo Correia; e, como representantes do Centrão, Bonifácio de Andrada, Roberto Cardoso Alves, Afif Domingos, Gastone Righi e Roberto Jefferson.

Ulysses recebera a nova proposta do Centrão para a mudança do Regimento, e buscava, mais uma vez, superar as diferenças, restritas às exigências do grupo e a não aceitação, pelo se-

nador Mário Covas, de aprovar os pedidos de preferência apenas com o respaldo de assinaturas. O líder do PMDB na Constituinte quer colocar tudo em votação.

Covas e os representantes do Centrão deixaram o gabinete de Ulysses para tentar, o primeiro, junto aos seus liderados e aos pequenos partidos, os outros, com os integrantes do grupo conservador, uma forma de conciliação, a ser levada para a reunião na casa de Ulysses Guimarães.

O acordo, contudo, só deverá ser fechado hoje, embora ainda dependa de um detalhe: o Centrão está fazendo um levantamento de quantos membros do grupo estarão em Brasília; se constatarem mais de 280 presenças, deixarão pelo menos um ponto fora do entendimento para, em torno dele, dar uma demonstração de força no plenário; se o quorum de 280 constituintes não for alcançado pelo levantamento do Centrão, então o acordo deverá ser mesmo fechado.

O deputado Ulysses Guimarães observou que o Centrão, na proposta apresentada ontem, manteve a exigência de apresentar emendas até títulos mas argumentou que "não será por causa disso que deixaremos de fechar um acordo".

Um dos líderes do Centrão, o deputado Roberto Cardoso Alves, autor da proposta para mudança do Regimento Interno, revelou que aceitou o adiamento da votação para esta quarta-feira, porque "o doutor Ulysses manmanhou que o Mauro Benevides não votasse a matéria" na semana passada.

GIVALDO BARBOSA



Ulysses entre a esquerda e o centrão: Covas (sentado), Robertão, Gastone, Cardoso, Afif, Bonifácio e Brito

Inconstitucionalidade numa Constituição?

PIRES SABÓIA

A indagação tem aparência de paradoxal. Talvez pareça até mesmo absurda. Pois seria inadmissível que uma nova Constituição pudesse ser elaborada e promulgada com o vício mais grave suscetível de afetar a validade das leis, como seja a da inconstitucionalidade.

Mas, a verdade é que não estou suscitando uma hipótese de todo abstrata, incapaz de concretizar-se, numa realidade, no campo do direito Constitucional. Tal extrema anomalia, com efeito, estaria a ameaçar, concretamente, a validade da nossa futura Constituição.

Esse perigo, envolvendo uma singela questão de Direito, decorreria de uma desatenção à norma do art. 3º da Emenda Constitucional nº 26, verbis: "A Constituição será promulgada depois de aprovação de seu texto, em dois turnos de discussão e votação, pela MAIORIA ABSOLUTA dos Membros da Assem-

bléia Nacional Constituinte".

Quer isso dizer que, sem violação dessa norma constitucional vigente, só constará validamente do texto da futura Carta Magna as disposições que forem aprovadas pela MAIORIA ABSOLUTA dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, constem ou não do Projeto da Comissão de Sistematização. Noutras palavras: não valerá no texto constitucional NADA que, de uma maneira ou de outra, não tenha sido aprovado por essa MAIORIA ABSOLUTA do Plenário.

Entretanto, ao que se lê nos jornais, há Grupo ou Grupos de Constituintes que pretendiam fossem consideradas automaticamente aprovadas todas as disposições do Projeto da Comissão de Sistematização que não fossem rejeitadas, pelo menos, por duzentos e oitenta membros da Assembleia Nacional Constituinte.

Ora, qualquer advogado sabe (para isso, não é preciso ser um insigne jurista como o senador

Afonso Arinos) que, convocada através de normas constitucionais, vale dizer, da Constituição vigente, a Assembleia Nacional Constituinte a elas tem que submeter-se, sob pena da invalidade de seus atos.

Se a imposição de que a futura Constituição deverá ser aprovada pela MAIORIA ABSOLUTA dos membros da Assembleia Nacional Constituinte decorre de uma norma constitucional, somente poderá ela ser afastada pelo Congresso Nacional, através de Emenda Constitucional, jamais pela Assembleia Nacional Constituinte, ainda que pela votação unânime de seus membros.

A conclusão a tirar-se das premissas expostas brota espontaneamente: todas as disposições do Projeto da Constituição, seja em conjunto, seja em parte ou partes, terão que ser aprovadas pela MAIORIA ABSOLUTA dos membros da Assembleia Nacional Constituinte, sob pena de invalidade.

Constituinte pode decidir eleição geral

Se a Assembleia Constituinte decidir pelas eleições gerais, todos devem acatar. Esta é a opinião do presidente do PMDB, da Câmara e da Constituinte, Ulysses Guimarães. Disse ele que a deliberação da Assembleia Nacional Constituinte representaria, no caso, a vontade da sociedade, da Nação. "Nenhum outro poder, civil ou militar, se superpõe à Constituinte", afirmou.

Ulysses Guimarães conversou com os jornalistas no plenário semideserto da Constituinte, por volta das 12 horas de ontem, após o teste dos controles eletrônicos de votação. Ele ficou satisfeito com os resultados. Na conversa, perguntaram sobre a crescente tese das eleições gerais e ele, alegando sua condição de presidente da Constituinte, queria evitar dar opiniões.

"Não devo opinar, já que a Constituinte poderá manifestar-se a respeito do assunto e tomar a decisão. A Constituinte tem poderes para reduzir mandatos, para convocar eleições gerais em todos os níveis, de excluir ou incluir governadores", observou. Diante da insistência dos jornalistas, Ulysses Guimarães preferiu destacar a soberania da Constituinte. "Se a sociedade se manifestar no sentido de eleições gerais, todos devem acatar a decisão", reafirmou.

Ressalvou, porém, que os mandatos obtidos a 15 de novembro de 1986 são legítimos. Na sua opinião, o eleitor estava bem esclarecido, votando para Constituinte e, ao mesmo tempo, no legislador ordinário — senador e deputado Federal. "Não há mistério nisso. O corpo eleitoral estava ciente disso. Portanto, não há que discutir a legitimidade do pleito e a continuidade do mandato do parlamentar", afirmou.

Ulysses recebe líderes em casa

Cordialidade foi o que marcou a reunião-jantar do presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, com líderes do Centrão, na residência oficial do presidente da Câmara, ontem, à noite. Roberto Cardoso Alves, à chegada ofereceu rosas amarelas à dona Mora Guimarães. Na sobremesa, a dona da casa deu ao deputado paulista uma manga galada.

Participaram do jantar com Ulysses Guimarães os deputados José Lourenço (PFL), Basílio Villani (PMDB), Jorge Viana (PMDB), Luiz Eduardo Magalhães (PFL), Bonifácio de Andrada (PDS), José Lins, (PFL), Adylyson Motta (PDS), Expedito Machado (PMDB), Ricardo Fiuzza (PFL) e Cardoso Alves (PMDB). A conversa girou sobre assuntos variados e lembranças de fatos políticos. Não discutiram a reforma do regimento da Assembleia Constituinte.

Se não discutiram o regimento da Constituinte, Roberto Cardoso Alves conseguiu o apoio de Ulysses Guimarães para solicitar aos demais parlamentares compromissos de reivindicação de São Paulo, do aumento de sua representação na Câmara Federal — de 60 para 80 deputados. Os convidados de Ulysses prometeram apoiar. O presidente da Câmara e da Constituinte, endossando argumentos de Cardoso Alves, lembrou que há brasileiros de vários Estados, residindo em São Paulo, que estão sem representação política na Câmara.

O jantar foi simples: salada, torta de camarão, bife de boi, e como sobremesa, bolo de chocolate e frutas. D. Mora serviu uísque e Ulysses lembrou que havia vodka também. Todos preferiram uísque.

Maioria aplaude o confronto pelo voto

Já viu estratégia de combate ser definida entre soldados? Ela é sempre traçada pelos generais. A observação, cochichada à imprensa por um dos líderes do Centrão durante a reunião plenária do grupo, ontem, dava o tom do encontro. Em duas horas de longas e complicadas explicações sobre Regimento Interno, os líderes do Centrão jogaram na desinformação regimental da maioria dos constituintes presentes — cerca de 80 — para negar um acordo com os progressistas sobre a matéria, e, assim, evitar a reação dos radicais" do Centrão.

Não foi feito acordo nenhum. Acordo é uma palavra que não existe em nosso dicionário". A comunicação do deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG) escolhido para explicar a nova proposta de mudança do Regimento, foi recebida com palmas e sorrisos de satisfação. Mas se, de público, a orientação era negar o acordo, nos bastidores ele era confirmado pelos que participaram das reuniões com as lideranças do PMDB. "é uma questão de tática", explicava o deputado Daso Coimbra, responsável pela mobilização do grupo, segundo o qual "o grande cuidado é evitar os radicais".

Sentado à mesa da presidência da reunião, o líder do PTB, deputado Gastone Righi, assumiu um tom paternal para comentar, em voz baixa: "Temos de ir com cautela, eles são muito rebeldes, não iam aceitar qualquer composição".

A confusão criada com tantos termos regimentais, entre os quais é preciso entender direitinho o mecanismo de preferências, destaques, substitutivos, quorum, e por aí afora, permitiu que a tática das lideranças do Centrão fosse vitoriosa. Assim, ninguém questionou o deputado Bonifácio de Andrada quando ele garantiu que poderiam ser apresentadas emendas a títulos — uma das primeiras exigências do grupo. Embora isso realmente constasse do 1º artigo da proposta de regimento ontem colocada em discussão, mais adiante, o artigo 4º previa que a votação se dará em capítulos, o que inviabilizaria a apresentação de emendas por títulos.

"Isso é acessório, não tem a menor importância", argumentavam, entre outros, o deputado Luiz Eduardo (PFL/BA), um dos que participaram ativamente das conversações com o PMDB. O tópico só teria sido introduzido na primeira proposta do Centrão para ser objeto de negociação, explicaram os líderes — mas explicaram para a imprensa, não para o plenário do grupo. "Ficou no texto só para inglês ver", confidenciava um líder.

No texto distribuído aos constituintes, constavam duas propostas, sob o título de Centrão e de Mesa. Logo depois, da distribuição o deputado Daso Coimbra procurou a imprensa para

fazer uma correção: onde se lia Centrão, deveria ser lido acordo. Também não houve aviso público e o texto original do grupo não foi distribuído para comparações.

Se fosse feita, a comparação mostraria que, no artigo 1º, parágrafo 1º, foi cortada a expressão "independentemente de votação" para que as emendas apresentadas com as assinaturas da maioria absoluta tivessem preferência sobre todas as demais. Um dos princípios pelo qual o Centrão se bateu, desde o início, foi para que a preferência fosse dada apenas com base no número de assinaturas.

A questão também é acessória, na opinião de Daso Coimbra, e do líder do Governo, deputado Carlos Sant'Anna, que consideram como essencial a tese, aceita pelo PMDB, de que são necessários 280 votos não só para alterar como também para manter o texto aprovado na Sistematização.

A votação ou não da preferência seria decidida em plenário, pelo presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, segundo Coimbra. Mas ao saber das declarações do colega, o deputado Roberto Cardoso Alves deu o grito. Ele não admite a votação de preferência e nessa questão é crucialíssima, não viam o que Ulysses fez logo depois da votação da preferência de nosso substitutivo? Já passou uma semana e não votamos o principal, que já podia estar aprovado", argumentou.

No meio da reunião, na qual a principal preocupação dos constituintes era saber o destino de suas emendas e destaques pessoais, a deputada Raquel Cândido insistiu: "Adiam a votação por três dias e estão dizendo que não houve acordo, não venham dizer que não houve conversações..." Impaciente, Bonifácio de Andrada, disse que não houve acordo, mas houve "apelos da parte deles, que nós atendemos em parte".

A partir daí, a tática era usar as palavras entendimento, concordância e vitar a palavra acordo. Como não houve um acordo no papel entre o Centrão e o PMDB, o terreno ficou propício às divagações. "O que faltou para um acordo foi um texto escrito", resumiu Carlos Sant'Anna, satisfeito com a "performance" do Centrão.

Não houve votação ou algum tipo de aclamação ao texto de mudanças no Regimento acordado com o PMDB e hoje o grupo se reúne novamente, antes da votação em plenário, para continuar a discussão e referendar o texto. "Mas as lideranças saíram satisfeitas. Está tudo tranqüilo e agora ninguém pode dizer que não foi ouvido, demos satisfação a todos", comentou Roberto Cardoso Alves. Hoje o Centrão garante colocar em plenário para votação cerca de 300 constituintes.

EUGENIO NOVAES



Os líderes do Centrão tentarão fechar ainda hoje o acordo antes da votação

Plenário vota hoje à tarde o regimento

Sem que tenha havido um acordo prévio, a Constituinte vota hoje em plenário, a partir das 14h30, as propostas de mudanças no seu Regimento Interno. As negociações entre a mesa, o chamado Centrão e alguns outros grupos não progrediram ontem.

Hoje cedo (10h30), o Centrão ainda faz uma nova reunião, para acertar as linhas da sua atuação em plenário. O deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), especialista em questões regimentais, vai debater com seus colegas as eventuais dúvidas que eles tenham a respeito da votação no plenário, que começa às 14h30.

A ausência de acordo pode provocar manobras de obstrução. Mas o deputado Amaral Netto (líder do

PDS) acredita que o Centrão vai colocar em plenário os 280 constituintes que permitirão contornar eventuais manobras. Ele prevê, também, que as negociações entre os grupos poderão continuar, mesmo depois de iniciada a sessão da tarde.

Amaral Netto acredita, ainda, que a comissão de coordenação, formada por 16 centristas, e que recebeu ontem delegação dos demais para prosseguir nos entendimentos com a mesa, pode chegar a um bom resultado hoje cedo. E o deputado Carlos Sant'Anna acrescentou um ponto que, na opinião dele, pode conduzir a um acordo: "O recelo de alguns — explicito — é que não possa haver nenhum recurso ou retorno, no caso de aprova-

ção de alguma das emendas propostas pelo Centrão. Mas a solução poderia ser a abertura de prazo, digamos por 48 horas, para que os títulos ou capítulos propostos pelo Centrão, e aprovados em plenário, recebam novas emendas. Acho que isso acalmaria os mais preocupados".

Apesar da longa reunião de ontem à tarde, os centristas saíram sem nenhuma orientação sobre como o grupo deve se comportar na votação de hoje. Tal orientação ainda será definida hoje. Os constituintes estão também convocados para uma sessão simulada no plenário, às 10h. A mesa quer que todos aprendam a votar corretamente utilizando o sistema eletrônico.

Grupo já provou que é forte

Até o momento, os líderes do Centrão cumpriram duas de suas promessas: suspenderam indefinidamente o início das votações em plenário e mostraram que são maioria. Mas ainda não foi atingido o principal objetivo do grupo, a colocação de 280 constituintes em plenário, para provar que o grupo pode promover qualquer alteração no projeto de Constituição.

Assim que surgiu a idéia do projeto de resolução que altera o Regimento Interno, o presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães,

procurou esfriar os ânimos dos líderes do centrão, adiando por duas semanas o início da votação em plenário e tratando de atrasar a votação do projeto de resolução. Mas os líderes do grupo logo fizeram uma ameaça: a votação em plenário não começaria enquanto não fosse votado o projeto que altera o regimento.

Essa ameaça foi cumprida, tanto que a perspectiva é de que as votações em plenário só comecem em janeiro, após o recesso constitucional. Na semana

passada, o centrão cumpriu outra de suas promessas, batendo os "progressistas" em plenário por 273 votos a 220. A vitória foi comemorada com abraços e gritos, mas ficou faltando o principal detalhe — os 280 votos.

No dia seguinte (quinta-feira), a situação foi ainda pior. Com menos de 200 constituintes presentes, os líderes centristas tiveram que ceder e suspender a sessão, deixando a decisão para hoje, já que os "progressistas" ameaçavam o quorum.